



SARDOAL
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SARDOAL

ATA N° 5/2023

SESSÃO ORDINÁRIA

29 DE SETEMBRO DE 2023

PRESIDENTE: Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves

1º SECRETÁRIO: Alcina Manuela Batista Pinto C. Almeida

2º SECRETÁRIO: Rita Navalho

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três pelas vinte horas, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Sardoal, no Sala Polivalente do Centro Cultural Gil Vicente, em Sardoal, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Período Antes da Ordem de Trabalhos

Intervenção do Público

Ordem de Trabalhos

- 1. Aprovação da ata da sessão anterior;**
- 2. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;**
- 3. Eleição da CPCJ de Sardoal;**
- 4. Regulamento de Funcionamento e Utilização do Pavilhão Gimnodesportivo da Escola Básica e Secundária Dr.ª Judite Andrade;**
- 5. Regulamento do Conselho Municipal de Turismo para aprovação**
- 6. Informação sobre a situação económica e financeira semestral – 2023;**
- 7. Alteração orçamental modificativa (Revisão nº3/2023 ao Orçamento e Revisão nº2/2023 às GOP's)**
- 8. Proposta - Adjudicação do Empréstimo MLP no valor até 1.120.236,63€;**

Seguidamente procedeu-se à chamada, tendo-se verificado a presença dos seguintes deputados da Assembleia: -----

Miguel Mora Alves, Adérito Garcia, Joana Ramos, Maria Aida Batista, Joaquim Serras, Rui Valente, Dora Grácio, Fernando Vasco, Marcelo Serras, Rita Navalho, César Marques, Paulo Lourenço, Adriano Martins, Vitor Morais, Alcina Almeida, Miguel Alves, Paulo Pedro, Dora Santos, Duarte Nuno Batista. -----

Estiveram presentes os Senhores Presidente da Câmara, Vice-Presidente e Vereadores, Pedro Duque e Carlos Nuno Alves Duarte. -----

Período Antes da Ordem de Trabalhos

O Senhor Presidente da Assembleia iniciou a sessão referindo-se às Festas do Concelho e ao trabalho desenvolvido pelo tecido associativo nas mais diversas áreas, manifestando o seu orgulho pelo trabalho desenvolvido pelas pessoas envolvidas. -----

Fez referência aos resultados escolares obtidos nos rankings, salutando os estudantes pelos mesmos e enaltecendo a escola do concelho, referindo ser devido o mérito à

Ata nro. 5

Realizada no dia 29-09-2023

Sessão Ordinária

instituição, aos professores e aos alunos, o que reflete a qualidade de vida e de ensino existente no concelho. -----

Tomou a palavra a Senhora deputada Joana Ramos parabenizando os sardoalenses que participaram no tapete de flores apresentado nas Jornadas Mundiais da Juventude e que engrandeceu a projeção do Sardoal. -----

Parabenizou também o município pelo investimento na estratégia Local de Habitação Social no concelho, o que revela ser uma estratégia de atratividade. -----

Referiu o alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais, sendo a creche uma mais valia e uma resposta dada pelo município. -----

Referiu as atividades desenvolvidas pelos jovens do concelho, aquando das férias desportivas, com cerca de 40 jovens, na sua opinião é importante a sensibilização para o voluntariado jovem no âmbito da natureza e florestas e que teve a participação de 57 jovens. -----

Fez ainda referencia ao ATL, organizado pela Associação de Pais, que deu resposta aos pais que não teriam onde deixar os seus filhos no período não letivo. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Miguel Alves, que parabenizou o ATL, o qual foi diferenciador do que existia, com apoios municipais e das juntas de freguesia. -----

Continuou saudando o Grupo Desportivo os Lagartos, que iniciou a época de futebol e desenvolve mais duas modalidades, futsal feminino e basquete. -----

O Senhor deputado parabenizou a Comissão de Venda Nova que ganhou o orçamento participativo, com a proposta do parque infantil. -----

O Senhor deputado manifestou uma palavra de apreço ao Senhor Padre Carlos Almeida, pelos anos junto da comunidade Sardoalense. -----

Continuou parabenizando o Concelho de Sardoal pela sua elevação a Vila e parabenizou também a Freguesia de Sardoal pelo seu aniversário e, na sua opinião o seu cartaz das festas foi interessante, agradecendo a quem esteve presente, lamentando que no Dia da Freguesia, do Sardoal e das outras, não haja tanta adesão, como existe no dia do concelho.

O Senhor deputado deixou uma palavra de apreço ao Senhor José Martinho Gaspar e na sua opinião, deveria de chegar à CIMT, porquanto as associações quando iniciam uma atividade começam com um saldo negativo, referindo a questão do álcool, dos copos, das garrafas, do loto, se é ou não um jogo de sorte ou azar, que sempre existiram, havendo muito a fazer para que haja alterações, inclusive as taxas devidas à musica, à GNR. -----

Foi dada a palavra ao Senhor deputado Adérito Garcia que começou por cumprimentar todas as associações que durante o verão realizaram as suas atividades e que participaram

nas festas do Concelho e da Freguesia, pelo seu voluntarismo e por manterem as tradições. -----

Parabenizou a escola pelos resultados e sucesso alcançados pelos alunos. -----

O Senhor deputado questionou sobre a data prevista de entrega da obra do Externato Rainha D. Isabel, qual o atraso da mesma face ao planeamento inicial e se haverá alguma penalização para o empreiteiro devido aos atrasos na obra. -----

Questionou também sobre o site da Autarquia por causa do certificado de segurança, projeto pilotado pela CIMT, verificando-se esta situação há quase dois anos. -----

Questionou ainda sobre os regimentos e regulamentos colocados à apreciação pública, quantas sugestões de melhoria foram apresentadas, sugerindo que na pagina do site onde constam estes documentos, fosse colocada informação de como os munícipes possam fazer os seus contributos, nomeadamente um endereço de email. -----

O Senhor deputado fez referência à estratégia de habitação, em que o Sardoal irá beneficiar de dois projetos, a custo muito baixo, nos blocos da Tapada da Torre, e à construção do bairro de habitações a custos controlados, a ser construído entre o parque desportiva e a piscina, questionando se a comparticipação será a 100%. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo existirem mais do que dois projetos relativos à estratégia local de habitação, estando dois aprovados, os blocos habitacionais da Tapada da Torre, tendo sido apresentada uma candidatura antes do COVID, no âmbito da eficiência energética, o qual ficou sem efeito, dado que as verbas para o mesmo foram canalizadas para o Covid. -----

Relativamente aos blocos habitacionais, está em concurso para a empreitada de requalificação dos fogos da Tapada da Torre, tendo sido assinado o protocolo para a construção de dezasseis fogos, sendo a responsabilidade desta obra do IRHU, tendo delegado na Câmara Municipal todo o processo de construção. -----

Referiu que têm sido apresentadas poucas sugestões para os Regulamentos e constando no Edital a informação das formas existentes para as pessoas poderem fazer as suas sugestões, inclusivamente através da internet. -----

Sobre o site da Câmara, disse ser um projeto de todas as Câmaras Municipais e no mês de outubro saíram novos sites para a região do Médio Tejo, com certificação. -----

Sobre o prazo de conclusão da obra do Externato, o Senhor Presidente referiu ter terminado a 15 de agosto p.p., tendo havido um pedido de prorrogação de prazo, que não foi aceite pelo executivo camarário, aguardando-se a proposta de receção provisória por

parte do empreiteiro e posteriormente tudo será analisado em termos jurídicos e técnicos e tudo será assegurado de acordo com a legislação e com o contrato. -----

O Senhor Presidente da Câmara, em relação às festas, disse não ser proibido fazer loto, mas tem de se legalizar, podendo contribuir-se para mudar as leis, mas não contorná-las, e os políticos têm responsabilidades e não podem incentivar a uma ilegalidade. Referiu concordar com a questão dos direitos de autor, contudo a quantidade de taxas a pagar para a realização de festas é muita elevada. -----

O Senhor Presidente parabenizou a festa da freguesia, tendo estado no hastear da bandeira e durante o dia nas suas atividades. -----

Foi dada a palavra ao Senhor deputado Duarte Batista que parabenizou a freguesia de Valhascos, pelos seus 75 anos, assim como a freguesia de Sardoal. -----

O Senhor deputado parabenizou ainda a Associação de Valhascos e o Município pelas festas de setembro, assim como todo o tecido associativo que foi incansável para a realização das mesmas. -----

O Senhor deputado fez referência ao núcleo de concertinas Terra da Couve e às atividades desenvolvidas. -----

Referiu ainda o 1º torneio de ténis de mesa realizado aquando das festas do concelho saudando o Senhor deputado César Marques por ter impulsionado esta modalidade. -----

Continuou o Senhor deputado questionando sobre a ARU, se iria ser alargada às restantes freguesias, e se existem mecanismos para se tentar ultrapassar as medidas que foram por água abaixo na questão da habitação, assim como a situação das creches municipais, que não têm apoio. -----

Referiu terem sido implementadas duas caixas redutoras de pressão de água na sua freguesia, não havendo ainda resultados satisfatórios existindo queixas de roturas em canalizações mais antigas. -----

Referiu que há cerca de dois anos a freguesia de Valhascos foi eleita para ser projeto piloto da substituição dos caixotes do lixo, questionando se o sucesso dessa operação foi transversal ou não porque o concelho ainda não tem toda a substituição concluída. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia questionando sobre os resíduos orgânicos, se houve evoluções sobre este assunto no concelho. -----

Na sua opinião, a recolha porta a porta, deve ser feita da forma mais económica para os munícipes. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adriano Martins reiterando as palavras anteriores sobre as festas do concelho, do dia da freguesia, parabenizando ainda a Associação de

Jovens pela organização da 1ª resistência urbana e a Santa Casa da Misericórdia pela festa do dia nas festas do concelho. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara referindo sobre os biorresíduos, que todos os Municípios estão em projeto piloto, inclusive aqueles que não fazem recolha à porta, sendo o objetivo do Sardoal de 130 habitações, só na vila, que não está atingido estando nas 35 habitações, querendo insistir-se para que as pessoas adiram a este projeto. Fora da vila existe a possibilidade de haver os biocombustores domésticos, pois existem outras condições que não há para quem vive em apartamentos. -----

O projeto esta a andar e é analisado no âmbito da Tejo Ambiente e da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. -----

Sobre os caixotes do lixo, o Senhor Presidente referiu ser para implementar em todo o concelho. -----

Sobre as caixas reductoras de pressão irá tentar saber o que se passa com a Tejo Ambiente. No que concerne à questão da creche espera que seja resolvido em breve no que concerne ao pagamento das mensalidades, das desigualdades existentes entre concelhos que têm creches municipais, e outros nos quais as creches são de uma IPSS ou de um privado. -----

Sobre a ARU disse que o município não precisa da Área de Reabilitação Urbana para haver incentivos assim como irá continuar-se a não necessitar porque os incentivos que havia e que dependiam do Município na ARU de Sardoal, a Autarquia comprometeu-se a alargar a todo o concelho. -----

Foi dada a palavra ao Senhor deputado Rui Valente que referiu os catorze anos do padre Carlos na paróquia de Sardoal, tendo havido no domingo a receção ao novo padre Silvano, não estando presente algum elemento do executivo a receber oficialmente o novo pároco. O Senhor deputado referiu terem sido colocados avisos no mês de agosto, em certas propriedades a avisar sobre o incumprimento da limpeza dos terrenos e que a Autarquia o iria fazer, contudo os terrenos continuam por limpar, o que se torna perigoso para os munícipes que estão confinados a essas propriedades. -----

Disse que um desses terrenos é uma propriedade urbana e tendo já sido falado em Assembleia Municipal sobre a majoração do IMI dos prédios devolutos que não fossem habitados, questionando sobre o que se pode fazer a este tipo de propriedades que não pagam IMI. -----

Continuou o Senhor deputado sobre a questão da acalmia do trânsito pois ainda não foram colocadas bandas em Valhascos como lhe disseram que seria. -----

Fez ainda referência à Rua 8 de Setembro e a Rua dos Gatos, questionando quando serão pavimentadas. -----

O Senhor deputado fez ainda referência à ETAR de Valhascos que está adiantada, mas ainda nada foi feito sobre o sistema elevatório questionando sobre a colocação da chaminé ou se existe outra alternativa. -----

Foi dada a palavra ao Senhor deputado César Marques começando por referir o associativismo e as festas desenvolvidas no verão e o papel desenvolvido por toda a população que contribui para o tecido associativo e em que de ano para ano surgem cada vez mais taxas e burocracias e o amor à camisola começa a já não chegar para se atrair pessoas a colaborar em troca de nada, aproveitando assim para parabenizar os sardoalenses que contribuem para que o tecido associativo seja de valor, referindo ainda o apoio prestado pelo Município desde logístico a financeiro. -----

Referiu a necessidade de se rever o programa de apoio ao associativismo pois existem diferentes tipos de associações com diferentes campos de ação. -----

Na sua opinião o Município deveria ter um papel mais fiscalizador sobre os planos de atividades que têm vindo a acontecer, pois durante o verão houve vários fins de semana sem qualquer atividade e outros, com atividades sobrepostas, o que não é benéfico para as associações. -----

O Senhor deputado mencionou ainda o papel da sustentabilidade no qual os associativistas têm um papel muito importante para a mudança de atitudes mais sustentáveis. Referiu ainda o plano estratégico de valorizar o Ribatejo Interior, apresentado pela Tagus, no mês de agosto, tendo sido aprovados alguns projetos, nomeadamente com 4 eixos temáticos, desde o desenvolvimento económico à inovação e qualificação do interior entre outros, e algumas das associações do Município assinaram protocolos e irão estar em colaboração com a TAGUS para que exista canalização de fundos europeus que possam ajudar nesse desenvolvimento. -----

O Senhor deputado fez também referência à questão dos biorresíduos, a zona onde reside no Sardoal foi elegida como projeto piloto, na Urbanização do Freião existem 11 lotes e só três apartamentos aceitaram esta metodologia, a qual, na sua opinião é a melhor e servirá melhor os habitantes. -----

O Senhor deputado referiu ainda ao projeto Ténis de Mesa da Associação de Valhascos em que existem 20 adultos a praticar esta modalidade, existindo uma equipa federada numa competição distrital, existindo um projeto de formação para jovens e crianças e o que se pretende é que haja uma alternativa ao futebol. -----

Tomou a palavra a Senhora deputada Joana Ramos, sobre os biorresíduos, solicitando ao Senhor Presidente da Câmara que sirva de interlocutor com a Tejo Ambiente, para uma eventual ideia de rentabilização dos resíduos para a comunidade que os recolhe, que não seja oneroso em termos de taxas. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que uma boa recolha dos bio resíduos fará redução da fatura do Município, e esse é o objetivo. -----

Disse também o Senhor Presidente que as Festas do Concelho fora um eco evento, e, em relação ao tecido associativo, informou que no mês de novembro será realizada uma reunião com as associações, e os apoios também são concedidos de acordo com as atividades desenvolvidas por cada associação. -----

Disse ainda ter sido pedido às associações mais disciplina em relação aos seus planos de atividades, para que não haja constantes alterações aos mesmos, o que não é controlável e, para que não haja sobreposição de atividades entre as diferentes associações. -----

Sobre os terrenos em Valhascos o Senhor Presidente referiu não saber quais são solicitando ao senhor deputado Rui Valente que se dirija à Câmara Municipal para que possam conversar e analisar esse assunto, assim como a questão da pavimentação das ruas. -----

Sobre a apresentação do Padre Silvano disse não ter sido informado nem ter tido conhecimento, como parceiro fundamental e estratégico, que tal cerimonia iria acontecer.

Intervenção do Publico

Sem intervenções. -----

Ordem de Trabalhos

1. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR;

Posta a votação, a ata da sessão anterior foi aprovada por unanimidade. -----

2. INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA, EM CUMPRIMENTO DA ALÍNEA C) DO NRO. 2 DO ARTIGO 25º, DA LEI NRO. 75/ 2013, DE 12 DE SETEMBRO;

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente de Câmara que referiu que o documento espelha aquela que tem sido a atividade da Câmara Municipal, não só nas diferentes reuniões em que tem participado e nos diferentes fóruns mas também espelha a situação financeira atual do Município, contudo tem de se ter em conta que existe investimento financeiro

que está a ser feito, existindo algum valor com alguma substancia, que ainda não foi recebido. -----

Referiu haver negociações a decorrer sobre a Barragem da Lapa. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

3. ELEIÇÃO DA CPCJ DE SARDOAL;

A Assembleia Municipal de Sardoaal tomou conhecimento da eleição do professor Pedro Manuel Santos Rosa, para Presidente da CPCJ e da nomeação para Secretária, da Técnica Superior, Catarina Pereira Chambel Aparicio. -----

O Senhor Presidente da Assembleia manifestou votos de bom trabalho em nome de todos aos novos eleitos da CPCJ de Sardoaal. -----

4. REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO E UTILIZAÇÃO DO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DR.ª JUDITE ANDRADE;

Tomou a palavra o Senhor Presidente informando dos formalismos legais no desenvolvimento de todo o procedimento. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia, questionando sobre o uso de entidades externas à escola, como irá funcionar, se haverá um funcionário a do município a prestar apoio, na sua abertura, na limpeza após a utilização, como o município prevê que possa funcionar. -----

Questionou também quais os custos de funcionamento esperados para o município e que tipo de estudo foi feito sobre esta questão, em termos de custos de operação para o município. -----

Continuou o Senhor deputado dizendo que a informação sobre os custos de utilização por parte das associações e municípios deveria constar neste dossier. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente dizendo estar-se a falar do Regulamento do Pavilhão Gimnodesportivo, estando a ser elaborada a tabela de taxas, existindo um regulamento onde são apurados os custos existentes para o Município, e no fim do apuramento dos custos calcula-se o preço. -----

Disse que irá ser proposto em reunião de Câmara, e o facto de não se ter tabela de taxas não impeça a utilização do pavilhão, que se possa fazer o normal funcionamento de utilização do espaço, a custo zero, assumindo o Município esses encargos, até que a Tabela de Taxas esteja aprovada. -----

Em relação ao funcionamento, será idêntico ao que existia anteriormente, na escola antiga e era assegurado por funcionários da Câmara que também fazem a limpeza. -----

A utilização privada, necessitará de regras diferentes das associações e grupos desportivos, que terão livre acesso de acordo com os horários disponíveis. -----

Considerando a alínea g) do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade, aprovar o Regulamento de Funcionamento e Utilização do Pavilhão Gimnodesportivo da Escola Básica e Secundária Dra. Judite Andrade, com dezanove (19) votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

5. REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO PARA APROVAÇÃO;

O Senhor Presidente da Câmara referiu não ser obrigatório, o Conselho Municipal de Turismo, mas a Autarquia entendeu por haver uma estratégia ligada ao turismo, que se pudesse criar um espaço onde os diferentes atores no terreno, neste âmbito, para reflexão e de contributos para as políticas no âmbito do turismo. -----

Interveio o Senhor deputado Joaquim Serras questionando quais os investimentos que têm sido feitos e quais os previstos no âmbito municipal e até privado, para que quem está no Sardoal e pretende investir no turismo possa contar no futuro. -----

O Senhor Presidente referiu existirem alguns investimentos que poderão potenciar o turismo, como o Centro de Interpretação da Semana Santa, e, no que são os projetos do Município que aguardam aprovação da CCDR, a Rota de Gil Vicente, incluindo a requalificação da cadeia velha, a reabilitação da Igreja Matriz, com cerca de 500 mil euros, e não sendo esta propriedade da Câmara terá de haver uma figura jurídica para que possa ser uma realidade, havendo depois a parte da igreja que também tem de contribuir. -----

Referiu o Espaço Partilhado para as Artes e Ofícios, a praia fluvial da Rosa Mana, um ginásio e um parque urbano multiusos, sendo estas as propostas da Autarquia, que serão objeto de aprovação em breve. -----

O Senhor Presidente disse ainda existirem investidores, pessoas que têm feito aquisições nomeadamente para unidades hoteleiras no âmbito do turismo, seja rural ou de habitação. -----

Mencionou a Casa Grande ou dos Almeidas, que se encontra num processo nas mãos do Turismo de Portugal, e brevemente ter-se-á a inclusão da Casa Grande no Programa Revive. -----

Referiu ter tido uma reunião no âmbito do Plano de Revitalização do Pinhal Interior no qual existem investimentos previstos na área do turismo, como a marca Sardeal, uma marca identitária dos produtos endógenos do Concelho. -----

No âmbito das competências municipais, poderá haver algum apoio para os investidores, no caso da ARU. -----

Referiu haver incentivos também no âmbito da Tagus, da Comunidade e da CCDR Centro, e o Gabinete de Apoio ao Empresário para acompanhar os investidores, fazendo de interlocutora entre os investidores e essas entidades. -----

Referiu ainda o desejo de que a Rota da Nacional 2 seja mais do que aquilo que já é e irá continuar a trabalhar-se para isso, tendo tido reuniões com as CCDRS, com a Secretária de Estado da valorização do interior, estando a construir-se um projeto comum para os 36 municípios, de valorização em termos turísticos da Rota da Nacional 2, procurando-se também um mercado internacional, principalmente o espanhol. -----

O Senhor deputado Joaquim Serras referiu ter sido inaugurado no mesmo dia um hostel e o parque de autocaravanas, tendo sido interessante ver uma iniciativa privada junta com um investimento publico. -----

Disse ainda o Senhor deputado que o Sardeal tem alguns pontos de interesse nos quais podem ser feitos alguns investimentos que podem potencializar ainda mais o Concelho. –

Tomou a palavra a Senhora deputada Joana Ramos dizendo existirem holandeses e irlandeses interessados neste território não só para viver, porque já compraram casas, mas também para passar férias, o que também é um bom mercado para se olhar. -----

Interveio o Senhor deputado Adriano Martins referindo-se à marca Sardeal e não sendo ela marca Sardeal, sugerindo na questão do Sardeal Vila Jardim, que já foi uma marca que foi muito fora da sua identidade e na sua opinião os Sardealenses ainda a procuram pois identificam-se muito com ela. -----

O Senhor presidente referiu ser importante que os Sardealenses se revejam na marca mas esta é para exportação, mais dirigida para públicos fora do Sardeal, além de que, o Sardeal não é só a Vila, teria de ser Concelho, e quando se fala em Sardeal Vila Jardim está a ser-se redutor de um concelho que tem mais para oferecer sem ser só a Vila. -----

Foi dada a palavra ao Senhor deputado Adérito Garcia referindo apelando para haver mais ajuda técnica aos investidores para que encontrem soluções, nomeadamente em obras de

recuperação de imóveis antigos, ao que o Senhor presidente respondeu que cada caso é um caso e se for um imóvel que esteja na área de influencia de algum monumento, existem regras que não dependem da Autarquia, e sim da Direção Geral do Património. ---
Considerando a alínea g) do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade, aprovar o Regulamento do Conselho Municipal de Turismo, com dezanove (19) votos a favor. -----
Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

6. INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA SEMESTRAL – 2023;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que o documento serve para se perceber se se está no bom caminho e para se mudar de rumo, até final do ano, mas o que vai realmente contar, é o final do ano. -----

Disse que nas considerações finais existem sinais que levam a pensar que a situação não está pior que o ano passado, apesar de ter havido mais investimento, e continuar-se a investir no que foi feito. -----

Foi dada a palavra ao Senhor deputado Adérito Garcia manifestando o seu agrado porquanto o documento está muito detalhado e com muita informação. -----

Referiu existirem sinais que não são agradáveis, reportando-se a alguns parágrafos que sustentam a sua opinião, no que concerne às grandes opções do plano e do plano plurianual de investimentos das atividades mais relevantes, em que os valores estão abaixo do que era esperado, em termos de resultados de exploração não houve uma melhoria significativa, continua a haver números negativos, o aumento dos juros dos empréstimos, o aumento das prestações de serviços, aumento das transferências e subsídios, aumento de gastos com pessoal, redução das depreciações e amortizações e, o aumento da rubrica de perdas por imparidades. -----

De acordo com o documento, a independência financeira do Município medida pelo rácio de receitas próprias, diminuiu. -----

Referiu ainda o aumento do passivo de curto, médio e longo prazo, diminuição significativa do fundo de maneio que está negativo, assim como se regista o aumento do prazo médio de pagamento de fornecedores correntes, descida da margem de endividamento, devido aos investimentos feitos e empréstimos contraídos, o que afeta

mais do que a capacidade de endividamento, a capacidade de pagar os empréstimos, além de haver empréstimos que têm um período de carência e irão afetar o futuro. -----
Mencionou ainda que os gastos com pessoal e o fornecimento e serviços externos cujo peso é de 79% de todos os gastos. -----
Interveio o Senhor Presidente referindo que o relatório semestral é diferente do relatório final de ano porque este incide na prestação de contas e serve para validar as prestações de contas, por isso não tem a necessidade de ser tão extenso. -----
O Senhor Presidente referiu que no documento também é dito na demonstração dos resultados que o resultado do período apresenta uma ligeira melhoria, que a transferência de competências aumentou alguns custos e gastos, mas a Câmara assume sem qualquer problema, o valor acrescentado bruto também aumentou, assim como o ativo.
Sobre o prazo médio de pagamento referiu que no site da DGAL não são estes os números que constam. -----
O documento também refere ser de salientar a diminuição da dependência do estado central em termos de receitas. -----
Referiu que as contas apresentadas poderiam ser outras, se não se fizesse investimento, nem contrair empréstimos para os mesmos. -----
Sobre a questão de se estar a hipotecar o futuro o Senhor presidente referiu as amortizações médias dos empréstimos, desde 2018 com projeção até 2026, registam uma diminuição, e ainda assim, ficará obra feita e fazem-se empréstimos para fazer obra, e tem de se aproveitar o PRR até 2026 e aproveitar as oportunidades. -----
Sobre as imparidades o Senhor Presidente pediu ao Chefe de Divisão Administrativa e Financeira que falasse sobre o assunto, que referiu existir um único lote para venda na zona industrial e o valor que está no ativo é o valor do imóvel, o Município aquando da venda só pode cobrar o valor estipulado no Regulamento do PES. -----
Tomou a palavra o Senhor deputado Joaquim Serras referindo que em relação à questão dos resultados e a discussão dos empréstimos do Município, na sua opinião o deputado Adérito Garcia está muito concentrado nos custos, mas também têm de se concentrar nos ganhos e estes só se conseguem se forem feitos investimentos, os quais têm de ser feitos com empréstimos, que é a única forma que a Autarquia tem de os fazer, os investimentos já foram feitos e outros poderão vir a ser, na área do turismo, na expansão do parque industrial e noutras áreas onde existe necessidade de investimento, poderá ser algo que irá contribuir para o aumento das receitas. O facto de os custos com o pessoal terem

aumentado só se consegue controlar se se diminuir o número de pessoas que estão ao serviço se for possível e exequível. -----

Considerando a alínea d) do nro.2 do artigo 77º, da Lei nro. 73/ 2013, de 3 de setembro e o disposto na alínea i) do nro. 2 do artigo 25º da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, tomou conhecimento da informação sobre a situação económica e financeira semestral da Autarquia, remetida pelo auditor externo. -----

7. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (REVISÃO Nº3/2023 AO ORÇAMENTO E REVISÃO Nº2/2023 ÀS GOP'S);

O Senhor Presidente referiu que considerando o acordo de colaboração entre a CIMT, o Instituto de Reabilitação e o Município, será para a execução e desenvolvimento do projeto de habitação a custos acessíveis e para reabilitação de habitação destinada a arrendamentos no âmbito do programa de Arrendamento acessível e é necessário que se faça esta alteração orçamental para incluir o valor de cooperação técnica e financeira, assim como em relação à despesa, nomeadamente nas grandes opções do plano foi criada a ação habitação a custos acessíveis, empreitada de fornecimento de serviço externo. -----

O Senhor Presidente da Assembleia questionou se este financiamento era ao abrigo do PRR, ao que o Senhor Presidente da Câmara respondeu afirmativamente, financiamento este que é feito com base nos custos padrão, regra da União Europeia. -----

Interveio o Senhor deputado Miguel Alves dizendo ter-se falado em PRR e em governo, mas não se falou que as portagens na A23 vão baixar 30%, o que também é importante para o interior, em janeiro. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia dizendo que o PRR foi um investimento que a União Europeia proporciona, mas não se podem esquecer do papel preponderante que o Primeiro Ministro teve junto da Comunidade Europeia para que o mesmo pudesse avançar. -----

Disse o Senhor Presidente da Câmara que a obrigação do Governo é criar essas oportunidades e a obrigação dos municípios é aproveitá-las. -----

Considerando a alínea a) do nro. 1 do artigo 25º da Lei nro. 75/2013, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade, aprovar a Alteração Orçamental Modificativa (Revisão nº 3/2023 ao Orçamento e Revisão nº 2/2023 às GOP's), com dezoito (18) votos a favor (deputado Duarte Batista ausentou-se por motivos profissionais). -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

8. PROPOSTA - ADJUDICAÇÃO DO EMPRÉSTIMO MLP NO VALOR ATÉ 1.120.236,63€;

O Senhor deputado Joaquim Serras questionou qual o valor do investimento na creche, ao que o Senhor Presidente disse ter sido adjudicada e a proposta é de um milhão cento e vinte mil. -----

O Senhor deputado questionou ainda se o apoio do PRR seria de cento e sessenta mil euros. -----

O Senhor Presidente informou ser um financiamento a 100%, sobre os custos padrão, os quais estão desfasados daquilo que é a realidade do mercado. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Fernando Vasco referindo sempre ter defendido as creches publicas, o serviço nacional de saúde, da segurança social, da escola pública, e entende que o estado tem todas as capacidades para efetuar um bom serviço nestas áreas. Também entende que um dos princípios basilares de toda esta negociação deverá ser a defesa do interesse público do Estado, nomeadamente defesa dos impostos, do governo pela administração central ou local, sendo à luz destes princípios, que se deve debater para aprovação deste empréstimo para a construção de uma creche municipal.

No passado, os Vereadores do PS, em sessão de Câmara colocaram duvidas sobre a pertinência do momento para se avançar com este projeto dado ter participações financeiras do PRR muito reduzidas tendo-se absterido na sua aprovação de contração do empréstimo, por ter três anos de carência e ser pago pelo período de vinte anos, ficando um encargo para as gerações futuras. -----

Referiu ser um investimento a longo prazo que requer que fique clarificado o seu futuro desenvolvimento e gestão e no seu entendimento, o dinheiro dos impostos das pessoas, deve ser utilizado ao mais alto critério de racionalidade e não se pode onerar durante vinte e três anos as gerações vindouras se não se tiver a certeza que este projeto resulte num projeto de gestão do que é publico que todas as pessoas terão direito a usufruir. -----

Disse ainda nada ter contra a gestão da creche por outras entidades sociais, cooperativas ou privadas, que podem ser boas ou más, como foi a da Santa Casa da Misericórdia de Sardoal que foi insolvente, e levou ao encerramento da creche, tendo o Municipio do Sardoal aberto as portas da mesma em 2020, noutras instalações. -----

Disse que se deveria questionar se estaria assegurada a gestão municipal deste investimento durante o tempo necessário para obtenção do benefício para a população resultante do pagamento do empréstimo de 1.8 milhões de euros durante 23 anos, ou se pelo contrário, se entregará a gestão a privados, cooperativas ou instituições sociais deste património e se continue a pagar com os impostos das pessoas a gestão de terceiros que não são melhores que uma gestão pública. -----

No seu entender, a gestão da creche deverá ser publica e não entregue a uma IPSS, cooperativa ou privado sem o Estado ser ressarcido pelo investimento e pagamento efetuado. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara dizendo não ter percebido se o Senhor deputado considera ser importante o Sardoal ter uma creche ou os casais jovens que se quer atrair para o concelho vão levar os filhos aos concelhos vizinhos, assim como os que já no concelho residem e que queiram ter mais filhos. -----

Continuou o Senhor Presidente dizendo entender que a creche deve ser sempre de gestão municipal, a não ser que, se a lei não mudar como está, se houver vantagem para os sardoalenses, que, se a gestão não for municipal e se for de uma IPSS, com isso os sardoalenses deixem de pagar as mensalidades, tendo quase a certeza de que irá haver financiamento para os municípios em igualdade com as creches privadas ou das IPSS's. ---

Na sua opinião a creche deverá ficar sempre municipal. -----

Foi dada a palavra ao Senhor deputado Rui Valente que questionou se as cinco instituições bancárias que não apresentaram propostas se apresentaram justificação para não o fazer, ao que o Senhor Presidente da Câmara respondeu só uma ter informado que não apresentaria propostas e as outras nem resposta deram. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Fernando Vasco manifestando o seu agrado porquanto a posição do Senhor Presidente da Câmara sobre a gestão pública, ser idêntica à sua, acreditando que o governo irá equiparar o programa das creches felizes a todos os municípios e defende que estes têm condições para fazer tão bem ou melhor que qualquer privado ou IPSS.

Questionou se alguma vez o Presidente da Câmara teve alguma conversa sobre a sua intenção manifestada de no futuro permitir a entrega da creche a uma IPSS com o Presidente da Mesa da Santa Casa da Misericórdia ao que o Senhor Presidente respondeu que a Santa Casa da Misericórdia não é a única IPSS do concelho, havendo municípios que criaram IPSS's para gestão de creches, havendo por isso, vários modelos, e a questão da

Santa Casa da Misericórdia não está em causa, inclusive só o Senhor deputado falou nessa instituição. -----

Referiu ainda o Senhor Presidente que as regras mudaram, pois antigamente havia participações da segurança social para as creches nas IPSS's e não havia para os Municípios, assim sendo, e nessa lógica, nessa altura fazia todo o sentido que o Município ao ter uma creche, a entregasse a uma IPSS porque a Segurança Social participava as creches. -----

Disse ainda o Senhor Presidente que o Estado irá participar os Municípios e como tal o concelho terá uma creche municipal. -----

Considerando o disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade, em ambas, com dezoito (18) votos a favor (o deputado Duarte Batista ausentou-se) o seguinte: -----

- Autorizar a realização da obra denominada por "Creche Municipal", nos termos do n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro; -----

- Autorizar a contratação de um empréstimo de MLP até ao montante de 1.120.236,63€, nas condições constantes da proposta apresentada pela Caixa Geral de Depósitos, nos termos do n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

A bancada parlamentar do PS apresentou uma declaração de voto, cujo teor a seguir se transcreve: -----

"Esta matéria para nós é muito importante, ficamos devidamente esclarecidos pelo Senhor Presidente da Câmara, que também ele defende uma gestão municipal da creche pública, atendendo a que a gestão municipal pode ser tão boa como a dos privados ou das IPSS's, nada ficará, era uma questão monetária, essa questão monetária está resolvida, há uma resolução da Assembleia da República, que acreditamos que o Governo vai em breve autorizar a fazer esses protocolos também com as Câmaras de modo a que as Câmaras possam também usufruir dessa verba.

De qualquer modo queríamos assinalar que é extremamente importante para nós, no caso de, no futuro, a gestão da creche deixar de ser pública, se esta for a vontade da maioria democraticamente eleita nos futuros órgãos do Sardoal, nós consideramos que a mesma só deverá ser entregue a uma IPSS, a uma cooperativa ou a um privado, se o Estado for devidamente ressarcido pelo investimento e pagamento efetuado.

Esta é a condição para nós votarmos a favor com estes preâmbulos e com estas premissas." -----

Não havendo mais nada a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Mesa, encerrada a sessão, eram vinte e três horas, da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da Assembleia Municipal _____

O Primeiro Secretário _____

O Segundo Secretário _____